

GEOGRAFIA COMERCIAL

O COMÉRCIO DO BRASIL COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO

O Sr. Oswaldo Benjamin de Azevedo, economista, sócio cooperador da A.G.B., examina e compara vários aspectos do comércio dos países do bloco socialista e do Brasil, fazendo observações e críticas sobre assunto de interesse tão atual.

INTRODUÇÃO

O estudo que vamos apresentar trata especialmente do comércio com os países socialistas, para verificarmos da conveniência ou não do Brasil desenvolver seu intercâmbio com aqueles mercados.

Antes de entrarmos no assunto principal, desejamos alinhar alguns dados sobre o comércio mundial, destacando a participação dos países industriais da Europa Ocidental, da América do Norte, da América Latina, dos países socialistas e do Brasil.

Pondo êsses elementos sobre a mesa, e colhendo uma visão panorâmica dos vários mercados, entraremos então no assunto que representa uma grande preocupação do momento.

Vejamos, pois, como se comportam os vários mercados dentro do intercâmbio mundial, fazendo-se comparações das estatísticas de 1961 com as de 1957.

O intercâmbio mundial em 1961 foi estimado em cerca de 125 bilhões de dólares, na exportação, e em cerca de 141 bilhões de dólares na importação.

Para êsse total os países industrializados contribuíam com 70% na exportação e com 56% na importação.

Em 25 de março de 1957 foi assinado um tratado em Roma por seis países europeus: Bélgica, Luxemburgo, França, Itália, República Federal Alemã e Holanda.

Esses seis países representavam em 1957 cerca de 22,5% da exportação mundial e 19% da importação total.

O "Mercado Comum Europeu", formado por esses seis países só começou a sentir seus benéficos efeitos a partir de 1959 e, comparando-se a exportação de 1957 com a de 1961, foi de 43% o acréscimo obtido no último quadriênio.

Quanto à importação, o aumento foi de 29,5% no mesmo período.

Em 1961 o Mercado Comum Europeu representava 26% na exportação mundial e 23% na importação total.

Em maio de 1959 foi assinado em Estocolmo, Suécia, um outro tratado, chamado de "European Free Trade Agreement" (E. F. T. A.), pela Inglaterra, Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça.

Esses sete países representavam 14,6% na exportação, em 1957, e 15% na importação mundial.

De 1957 a 1961 foi de 18% o acréscimo obtido por esse grupo na exportação e de 16% na importação.

Em 1961, a participação desses sete países foi de 15,5% na exportação e de 16,2% na importação mundial.

O progresso obtido pelo Mercado Comum Europeu foi bem mais significativo do que o obtido pelos sete países da Zona Livre de Comércio.

Os Estados Unidos e o Canadá entravam em 1957 com 23% para a exportação e 15,8% para o total da importação mundial.

Em 1961 suas exportações representaram 21,5% e as importações 16%.

Enquanto mantiveram sua posição na importação, os Estados Unidos e o Canadá declinaram em cerca de 1,5% na sua exportação para o mundo.

A América Latina exportou cerca de 9% em 1957 e importou 8,7% em seu intercâmbio com o mundo.

Em 1961 a exportação caiu para 8,3% e a importação para 7,7%.

Em valor estimado em dólares o Brasil ficou estagnado, e até regrediu, se compararmos com estatísticas de dez anos passados.

Com relação a 1957 a exportação correspondia a 1,24% e a importação a 1,08% sobre o total do comércio mundial.

Menor foi sua participação proporcional em 1961, 1,12% na exportação e 1,04% na importação.

A América Latina e o Brasil não acompanharam, em valor dólares, a evolução do comércio mundial, pois, dada a desvalorização de moedas, percebem, anualmente, menos dólares pelos seus produtos de exportação, embora em quantidade e em suas moedas nacionais as estatísticas expressem progresso.

O mesmo acontece com a Ásia (excluindo-se o Japão), com a África e com a Oceânia, pois também não progrediram na exportação em dólares.

Os países socialistas entraram para o intercâmbio mundial com 11,8% na exportação, e com 9% na importação, em 1957.

Melhoraram sua posição em 1961, com 13% na exportação e 12% na importação.

Constituem um bloco à parte, pois o intercâmbio é intenso entre eles.

A U.R.S.S. exporta cerca de 75% para os outros países socialistas e deles importa cerca de 69%.

Os maiores compradores de produtos da U.R.S.S. são a Alemanha Oriental (18,5%), a China (17,2%), a Checoslováquia (11%) e a Polônia (8,8%), pois estes quatro países juntos importam cerca de 55,5% da exportação soviética.

Também na importação soviética aqueles quatro países predominam, pois a China (19,5%), a Alemanha Oriental (15,8%), a Checoslováquia (10,4%) e a Polônia (5,3%) para lá exportam 51,3% da importação soviética.

Entre os países não comunistas, a Finlândia (5,2%), a Inglaterra (4,7%), a Alemanha Ocidental (3,6%), a União das Repúblicas Árabes (3,3%) e a Índia (2,1%), são os países que mantêm maior intercâmbio com a U.R.S.S.

A U.R.S.S. exporta máquinas e equipamentos industriais (21%), trigo (8,8%), produtos siderúrgicos (7,3%), petróleo e seus

derivados (6,2%), madeira (4,7%) e minério de ferro (3,8%), e importa máquinas e equipamentos industriais (24%), vestimentas de uso externo e interno (6,6%), metais (5,9%) e têxteis (5,8%).

Depois da U.R.S.S. é a China o país de maior intercâmbio no bloco socialista, mantendo cerca de metade de seu comércio com a U.R.S.S. e 75% com o conjunto do bloco socialista.

A Alemanha Oriental vem em terceiro lugar no Bloco Socialista, negociando 75% de seu intercâmbio com a U.R.S.S., e cerca de 9,5% com a Alemanha Ocidental.

Em quarto lugar comparece a Checoslováquia, negociando com a U.R.S.S. (32%), Alemanha Oriental (9,8%), China (6%), Polônia (5,4%), Hungria (5,4%), Alemanha Ocidental (4,3%) e Bulgária (3%).

Com o Bloco Socialista seu intercâmbio é superior a 60%.

Importa minério de ferro, petróleo cru e seus derivados, trigo, e exporta máquinas, ferramentas, veículos, coque, vidro plano, etc.

Em quinto lugar vem a Polônia, que negocia com a U.R.S.S. (31%), Alemanha Oriental (12,5%), Checoslováquia (8,5%), Inglaterra (5,9%), Estados Unidos (5,6%), Alemanha Ocidental (5%).

Cerca de 56% de seu intercâmbio é feito com os países do bloco socialista.

Importa petróleo e seus derivados e matérias-primas (51,5%), máquinas e equipamentos industriais (27,1%), produtos de alimentação (16%), e artigos de consumo (5,4%).

Exporta carvão, coque e matérias-primas (43,8%), máquinas e equipamentos industriais (28%), produtos de alimentação (18,1%), artigos de consumo (10,1%).

Em sexto lugar vem a Hungria que faz 60% de seu intercâmbio dentro do bloco socialista. U.R.S.S. (22%), Checoslováquia, Alemanha Oriental, China e Polônia são os principais países de seu intercâmbio.

Exporta vagões ferroviários, ônibus, chassis, caminhões, manufaturas de algodão e gado para corte.

Importa carvão, petróleo e seus derivados, minério de ferro, coque e algodão.

No Bloco Socialista vem em sétimo lugar a Rumânia, que faz 75% de seu intercâmbio com os demais países socialistas.

Importa minério de ferro, coque, produtos de siderurgia, equipamentos industriais.

Exporta petróleo e seus derivados, equipamentos para perfuração de poços, cimento.

Temos, pois, em resumo, as seguintes posições dos vários grupos no comércio mundial:

COMÉRCIO MUNDIAL

	1961	
	Exportação	Importação
	(milhões de dólares)	
TOTAL	124.682	140.936
Países Industriais	70,0%	56,0%
Europa Ocidental	45,0%	38,5%
Mercado Comum Europeu	26,0%	23,0%
Estados Unidos e Canadá	21,5%	16,0%
Zona Livre de Comércio na Europa .	15,5%	16,2%
Países Socialistas	13,0%	12,0%
América Latina	8,3%	1,7%

O COMÉRCIO DO BRASIL COM O MUNDO

Em 1961, exportou o Brasil 1.403 milhões de dólares e importou 1.460 milhões de dólares.

Para os países industrializados exportou o Brasil 80% do valor de suas mercadorias, e daqueles países importou 71% de suas compras.

Para os Estados Unidos e Canadá exportou 42% e destes países importou 37% .

Com o Mercado Comum Europeu fez 22,5% do valor de sua exportação, e de lá trouxe 15,2% do valor de suas compras.

Com a América Latina seu intercâmbio foi de 12% na exportação e de 18% sobre o valor total de sua importação.

Com os sete países da Zona Livre de Comércio Europeu seu intercâmbio foi de 11%, tanto na exportação quanto na importação.

Finalmente, com os países do bloco socialista seu intercâmbio foi de 4,3% na exportação e de 4,8% na importação.

Temos, pois, em síntese, a seguinte posição dos vários grupos em seu intercâmbio com o Brasil:

BRASIL		
1961		
	Exportação	Importação
	(Milhões de dólares)	
MUNDO	1.403	1.460
Países industriais	80,0%	71,0%
Estados Unidos e Canadá	42,0%	37,0%
Mercado Comum Europeu	22,5%	15,2%
América Latina	12,0%	18,0%
Zona Livre de Comércio Europeu ..	11,0%	11,0%
Países Socialistas	4,3%	4,8%
	91,8%	86,0%
Outros	8,2%	14,0%
	100,0%	100,0%

O COMÉRCIO DO BRASIL COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

No quadriênio 1958-1961, o Brasil exportou mercadorias no valor de 213,8 milhões de dólares, com os seguintes destinos:

Polônia (36,6%), Checoslováquia (34%), U.R.S.S. (17%), Hungria (9,5%) e China (4,2%).

Importou no mesmo período desses países mercadorias no valor de 198 milhões de dólares, como segue:

Polônia (33%), Checoslováquia (30%), U.R.S.S. (17%) e Hungria (7,4%).

Esse intercâmbio do Brasil com os países socialistas mencionados correspondeu a 4% do total negociado com o mundo no mesmo período.

No último triênio (1959-1961), o Brasil exportou os seguintes valores de suas principais mercadorias, com destino à Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Rumânia, Checoslováquia, U.R.S.S.:

	Milhões de dólares
Café	62,6
Cacau e amêndoas	37,1
Minérios de ferro	26,5
Sisal	10,8
Algodão em rama	7,2
Fumo	4,1
Óleo de mamona	0,6
Cêra de Carnáuba	0,5
	149,4

Esses 149,4 milhões de dólares correspondem a 4,9% da exportação total desses produtos pelo Brasil para os vários mercados mundiais.

O intercâmbio do Brasil com os países socialistas, segundo o último relatório do Banco do Brasil, tem sido favorável ao Brasil, pois a exportação tem sido maior que a importação, com exceção de nosso intercâmbio com a Alemanha Oriental, onde só aparece importação.

Saldo em moeda convênio, de circulação restrita, é prejudicial ao Brasil, pois tira a sua liberdade de efetuar arbitragens em moedas de livre curso.

Quanto mais o Brasil vender em moeda bloqueada maiores serão seus problemas no Balanço de Pagamentos, pois seus compromissos tomados em forma de empréstimos a longo prazo foram tomados em moedas de livre curso.

No triênio 1958-1961, o intercâmbio do Brasil com os países socialistas teve o seguinte comportamento:

Países	Brasil 1958-1961 (Milhões de dólares)		
	Exportação	Importação	Saldo Export. (+ ou -)
Polônia	77,2	74,6	+ 2,6
Checoslováquia	71,9	68,4	+ 3,6
U. R. S. S.	36,0	38,0	- 2,0
Hungria	20,0	16,6	+ 3,4
Alemanha Oriental ..	—	27,5	- 27,5
China	8,8	—	+ 8,8

Como já foi assinalado, êsse intercâmbio correspondeu a 4% do total negociado pelo Brasil com o mundo no mesmo período.

Sempre negociamos com a Polônia, Checoslováquia, Hungria, Rumânia, e no período de pré-guerra êsse intercâmbio era bem mais intenso que atualmente.

E' que naquela época o comércio nesses países também era livre e não oferecia os inconvenientes que encontramos no momento, sob o sistema de "convênios".

E' notória a tendência universal de diversificação geográfica do comércio externo com o objetivo de conferir-lhe maior estabilidade e submetê-lo a um sistema de forças econômicas constituído de múltiplos componentes, na medida do possível, equipolentes.

Pluralização quer dizer menores flutuações, menores impactos internos diante de eventuais alterações externas e maior poder negociador no campo internacional.

A maioria dos países, inclusive o Brasil, tem seguido essa orientação.

Os países socialistas, entretanto, não oferecem essa flexibilidade, pois ditam o que devemos comprar, ao invés de nos oferecerem a oportunidade da escolha.

Produzem matérias-primas pelas quais houve e há interêsse da parte brasileira, tais como ferro e aço e suas ligas, cobre e suas ligas, alumínio e suas ligas, chumbo, zinco, antimônio, linho, vaselinas e parafinas, malte ou cevada torrefata, lúpulo, produtos químicos e farmacêuticos, etc., cuja importação continua em ascensão em função de nosso progresso industrial.

Essas matérias-primas, importadas dêsses países, no passado, foram nos últimos anos substituídas por maquinária, veículos, e manufaturas.

A comercialização das primeiras não requer senão a presença do agente vendedor.

A importação de máquinas para lavoura, veículos e máquinas especializadas, requer uma organização de assistência técnica constante que aquêles países não possuem no Brasil.

Não podendo o Brasil, a seu livre arbítrio, importar aquelas matérias-primas, ficando, como está, obrigado a adquirir produtos industrializados de baixa qualidade, a preços mais altos, e com en-

tregas dilatadas, sucede o que está ocorrendo há tantos anos: acumulamos saldos credores permanentes e crescentes, sem utilidade, ou com moderada utilidade.

O COMÉRCIO EXTERIOR NOS PAÍSES SOCIALISTAS

Antes de darmos uma opinião sobre o intercâmbio com os países socialistas, vejamos o que alguns autores e autoridades socialistas pensam sobre as vantagens e desvantagens de comercializar com o mundo.

Transcrevemos do livro "Manual de Economia Política" da Academia de Ciências da U.R.S.S., Instituto de Economia, o seguinte trecho sobre o "Comércio Exterior" (págs. 655-56):

"O COMÉRCIO EXTERIOR. A economia socialista exige o amplo desenvolvimento do comércio exterior, do intercâmbio comercial com os países estrangeiros, o que permite aproveitar as vantagens da divisão internacional do trabalho.

Em correspondência com a lei econômica fundamental do socialismo e com as outras leis, o comércio exterior é utilizado para a mais completa satisfação das crescentes necessidades da sociedade. O comércio exterior serve de fonte suplementar de recursos para o desenvolvimento da produção, para o aproveitamento das conquistas da técnica mundial e o melhoramento do abastecimento da população com objetos de consumo. Nas condições da sociedade socialista, o desenvolvimento do comércio exterior se realiza de modo planejado. Assim, o comércio exterior da URSS é promovido na base dos planos estatais de exportação e importação, que constituem parte inseparável do plano da economia nacional. Simultaneamente, na fixação dos preços das mercadorias, leva-se em conta a ação da lei do valor e os preços do mercado mundial.

O comércio exterior, sob o socialismo, é monopólio do Estado, o que representa grande vantagem da economia socialista. Nos países socialistas, as operações de comércio exterior estão concentradas em mãos de órgãos estatais especiais.

O MONOPÓLIO DO COMÉRCIO EXTERIOR, nos países do campo socialista, serve de instrumento da expansão planejada da sua circulação comercial internacional. Tal monopólio é orientado para o reforçamento da colaboração econômica entre os países socialistas e serve de meio de coordenação planejada do desenvolvimento econômico desses países, de acordo com os princípios

da divisão do trabalho socialista internacional, da cooperação e da ajuda mútua fraternais.

O monopólio do comércio exterior é um meio de desenvolvimento das relações comerciais entre países capitalistas e socialistas. Ao mesmo tempo, contribui para o reforçamento da independência econômica dos países socialistas com relação ao mundo capitalista, protegendo sua economia nacional, seu mercado interno, contra a penetração do capital monopolista estrangeiro, contra a perniciosa influência das crises econômicas, da espontaneidade do mercado capitalista mundial.

No seu comércio exterior, os países socialistas aplicam, de modo conseqüente, os princípios do respeito da soberania nacional de todos os países, da plena igualdade das partes e das vantagens mútuas. Partindo da possibilidade da coexistência pacífica dos dois sistemas — o socialista e o capitalista —, o Estado soviético e os países de democracia popular consideram a expansão dos vínculos de comércio exterior como um dos meios mais importantes de aproximação dos povos, de enfraquecimento da tensão internacional e do fortalecimento da causa da paz.

O comércio entre a União Soviética e os países capitalistas demonstra que o desenvolvimento dos laços de comércio exterior, independentemente do regime econômico e político dos diferentes Estados, não só é possível, como é também condição necessária para relações mútuas normais entre países. O programa econômico de construção pacífica na URSS, para 1959-1965, abre amplas perspectivas de desenvolvimento do comércio exterior da União Soviética. A URSS pode desenvolver — e se encontra pronta para isto — laços econômicos de comércio com todos os países.

O comércio exterior constitui um dos meios de ajuda econômica da URSS e dos outros países do campo socialista aos países subdesenvolvidos, ajuda orientada para o reforçamento da economia nacional e para a industrialização de tais países, para o fornecimento a eles de equipamento e outras mercadorias em condições vantajosas" (8).

"A política de *Comércio Exterior* da U.R.S.S.", diz a Grande Enciclopédia Soviética, "faz parte do conjunto da *política exterior* da U.R.S.S." (1).

Há um axioma da filosofia Marxista-Soviética que diz "não haver nunca um ato puramente econômico. Cada ato econômico tem motivos políticos" (2).

Assim, a evolução da política Soviética de *ajuda econômica* e do programa de *expansão comercial* coincide de várias maneiras com a evolução da sua *política exterior* para com os países subdesenvolvidos (1).

A tarefa da política exterior Soviética consiste em explorar as "contradições", que a teoria Bolchevista notou no mundo capitalista.

Pelo menos três *contradições existem*:

PRIMEIRO: Há o tradicional conflito de classes dentro de cada país capitalista.

SEGUNDO: Há sempre um conflito em potencial entre os países capitalistas pela conquista dos mercados externos, e

TERCEIRO: O conflito que existe, sempre em evolução, entre os países que possuem colônias e as suas próprias colônias (1).

Em várias épocas e em vários lugares, a política exterior Soviética tem procurado sempre atingir seus fins pela influência no curso dos acontecimentos em todos estes três tipos de conflitos quando eles parecem atingir a níveis explosivos (1).

O OCIDENTE AUXILIOU A U.R.S.S.

Há somente duas décadas a U.R.S.S. foi um importador em grande escala de bens de capital e de assistência técnica. Um número considerável de seus empreendimentos industriais deve sua existência aos equipamentos e à assistência técnica dada por organizações norte-americanas, tais como Ford, Du Pont, General Electric, R.C.A. e várias outras.

A II Grande Guerra encontrou a U.R.S.S. como uma grande beneficiária de ajuda econômica e militar sob o sistema Lend-Lease seguido de créditos no após guerra que estenderam as entregas sob o Lend-Lease, e pelos programas da U.N.R.R.A., pelos quais a U.R.S.S. recebeu ajuda de contribuições dos Estados Unidos e de outros países do Ocidente. Esta experiência de "beneficiária" despertou sua atenção para o fato de como é considerada importante essa ajuda econômica do ponto de vista dos leaders, de países subdesenvolvidos (3).

A U.R.S.S. INICIA SUA POLÍTICA DE AUXÍLIO AOS PAÍSES SUB-DESENVOLVIDOS

Sòmente em tôrno de 1948 a indústria Soviética foi considerada recuperada dos prejuízos causados pela II Grande Guerra. O apoio Soviético à Guerra da Coréia foi um ônus para sua economia, motivo porque seu programa de ajuda aos países sub-desenvolvidos não foi pôsto em prática antes de 1953.

Recusou-se a U.R.S.S. a participar do primeiro programa de assistência técnica elaborado pelas Nações Unidas, em 1948, embora tivesse sempre defendido que essa assistência deveria ser dada sempre através daquela organização internacional. Sua recusa foi baseada no argumento de que "o programa era realmente um instrumento dos imperialistas Ocidentais contra a soberania dos países sub-desenvolvidos".

O anunciado programa de Truman, em 1949, que se transformou no conhecido PONTO IV, parece ter convencido a U.R.S.S. de que não poderia continuar por mais tempo na negativa de cooperar na assistência técnica.

Assim, ao mesmo tempo que fazia denúncias contra o PONTO IV, oferecia a U.R.S.S. ajuda aos países que resistiam aos programas dos chamados "imperialistas".

Nas reuniões do Conselho Econômico e Social e da Comissão Econômica para Ásia e Oriente Médio, prometeram os delegados soviéticos, assistência técnica e equipamento industrial como ajuda ao desenvolvimento econômico dos países sub-desenvolvidos em termos de equitativa soberania, ao invés de *domínio imperialista*, promessas que não foram, na época, concretizadas.

A partir de 1953, entretanto, começou a U.R.S.S. a realizar suas promessas.

Falando nas Nações Unidas em julho de 1953, o delegado soviético, ao mesmo tempo que criticava a política de cooperação e de investimento dos países Ocidentais nas regiões consideradas sub-desenvolvidas, anunciava que a U.R.S.S. contribuiria com 4 milhões de rublos ao programa de assistência técnica das Nações Unidas.

A partir desse ano, 1953, as delegações comerciais soviéticas começaram a agir, ativamente, procurando fazer acordos para expansão de seu comércio exterior (4).

A partir de 1953 e até 1957, o Bloco Comunista enviou missões técnicas, militares e comerciais a vários países sub-desenvolvidos, com os quais fez acordos de cooperação, no valor estimado em 1,6 bilhões de dólares (5).

De passagem devemos dizer que 1,6 bilhões de dólares corresponde a cerca de um ano de exportação do Brasil.

Os países que supriram capitais para essa cooperação foram:

a) — PAÍSES EMPRESTADORES	TOTAL 1,6 BILHÕES
ORIGEM:	DE DÓLARES
U. R. S. S.	78%
Checoslováquia	11%
Alemanha Oriental	6%
China	4%
Hungria, Polônia e Rumânia	1%
Total	100%
b) — PAÍSES TOMADORES DESSES	
EMPRÉSTIMOS:	
Iugoslávia	28%
Índia	23%
Egito	14%
Síria	12%
Afganistão	7%
Indonésia	7%
Ceilão, Cambódia, Burma, Turquia, Argentina, Paraguai, Nepal, Sudão, Líbano, Iemen	9%
Total	100%

Os países comunistas ocupam 1/4 da área terrestre e contam com 32% da população mundial (6).

O Bloco Comunista produz menos da metade dos principais produtos de alimentação e menos de um terço do suprimento de combustíveis e de produtos estratégicos (7).

Em outras palavras, a união dos países da América com os blocos europeus e com os demais países não comunistas proporcio-

na a garantia de mais de dois terços do Suprimento de combustíveis, de produtos estratégicos e de mais da metade dos principais produtos de alimentação, a um mundo ainda livre das ditaduras marxistas composto de mais de dois terços (68,2%) da população mundial localizada em 3/4 da superfície terrestre.

Como vimos, nas transcrições feitas, a U.R.S.S. parte da possibilidade da *co-existência pacífica* dos dois sistemas — o socialista e o capitalista.

No dicionário comunista "*coexistência*" significa:

"conquista por todos e quaisquer meios, salvo guerra armada".

Diz ainda aquela transcrição do "Manual de Economia Política" que o comércio exterior constitui um dos meios de ajuda econômica da U.R.S.S. e dos outros países do campo socialista aos países sub-desenvolvidos.

Vejamos o que já aconteceu noutros países, pois a tática comunista, através da expansão de seu comércio, é uma verdadeira cópia do "Cavalo de Tróia".

Foi o que aconteceu com a Finlândia, cujo acôrdo comercial foi assinado em 1952, e seu comércio com a U.R.S.S. foi elevado em 17% até 1958.

Quando o partido comunista conquistou 25% das cadeiras do Parlamento, a U.R.S.S. iniciou um boicote comercial para forçar o govêrno a aceitar comunistas no gabinete.

A Sra. Berg-Sundman, parlamentar finlandesa, que é, também, Vice-Presidente do Conselho Mundial de Mulheres, ao explicar o caso da Finlândia numa conferência do Rearmamento Moral, em julho, 1959, exortou as outras nações a se equiparem com a ideologia positiva antes de entrar em negociações com países governados por uma ideologia negativa.

Disse ela:

"Uma parte do mundo usa o comércio como uma arma ideológica para ganhar contrôle".

"A outra parte usa o comércio para fins egoístas e que provocam divisão".

Continua a Sra. Berg-Sundman, em 1959:

“Não atendemos à advertência feita pelo Secretário Geral do Partido Comunista Finlandês, em 1953 quando disse:

— “Nosso plano é fazer com que o comércio com os países comunistas cresça a ponto de representar um papel decisivo na economia nacional. Os mercados da Rússia serão, então, súbitamente retraídos, provocando pânico e caos econômico. Diante da desordem geral resultante, exigiremos lugares no governo e dessa vez não nos expulsarão”.

“Isso se deu no verão passado (1958) e foi apenas por uma série de acontecimentos milagrosos, em que homens unidos por convicção patriótica e ideológica tiveram um papel eficaz, que os comunistas foram mantidos fora do gabinete” (11).

Fala um ex-comunista treinado, GERRY McMANUS, que durante dezenove anos fez parte do Executivo Central do Partido Comunista do Canadá:

“Para os comunistas, o comércio constitui uma arma ideológica. Se concedermos tão somente dez por cento do comércio da nossa nação (Canadá) ao mundo comunista, dar-lhe-emos a oportunidade perfeita de criar uma crise no país, a qualquer momento em que eles desejarem puxar o tapete econômico por debaixo de nossos pés”. (11).

Só por hipótese, imaginemos o que poderá acontecer se pusermos nas mãos dos comunistas 2 ou 3 milhões de sacas de café e eles resolverem jogar esse café nas principais bolsas do mundo!

Seria uma massa de manobra, perigosíssima, nas mãos de quem não tem ética comercial.

Conforme se depreende dos planos socialistas delineados na transcrição que fizemos sobre os objetivos do comércio exterior, a constante da estratégia comunista nos últimos anos tem sido aumentar o poder econômico do bloco soviético e procurar diminuir o do mundo livre, a fim de obter o controle sobre suas futuras vítimas.

Conforme já foi mencionado, há um axioma da filosofia “Marxista-Soviética” que diz “não haver nunca um ato puramente econômico. Cada ato econômico tem motivos políticos”.

A propósito, vejamos uma frase de Lenine:

“No dia em que o mundo capitalista começar a negociar conosco, iniciará o financiamento de sua própria destruição” (11).

Comércio, mercadorias subsidiadas, empréstimos, tudo faz parte de um plano ideológico.

O Instituto Tchecoslovaco de Estatística, referindo-se à Campanha Soviética do Comércio no sudeste da Ásia e no Oriente Médio, declarava (1955):

"A participação da Tchecoslováquia nessa expansão do comércio não é dirigida por puras considerações práticas... segue um plano cuidadosamente preparado de acôrdo com ponderações políticas" (11).

E acrescenta Krutchev:

"Através do comércio podemos destruir outras potências que nos são opostas" (11).

Como vimos, a economia soviética é uma economia dirigida, e a sua política de comércio com as demais nações "faz parte do conjunto da sua política exterior".

Dentro desse sistema, nenhuma mercadoria poderá ser exportada ou importada a não ser por um Departamento especializado do Governo, que segue as diretrizes da política traçada pelos Órgãos mais altos do Partido.

Os acontecimentos políticos internacionais, a que estamos assistindo no momento, foram há longos anos programados e divulgados, de modo que será uma leviandade de nossa parte aceitar qualquer proposta de relações comerciais sem maior análise e, principalmente, sem bem medir suas conseqüências em futuro próximo.

Já em 1931 a Escola Lenine de Guerra Política previa para dentro de 20 anos o mais espetacular movimento de paz que jamais existiu, com o intuito de neutralizar a ação dos demais países que a êle se unissem, cooperando, sem perceber, para a sua próxima ruína. "*Terão a chance de se considerarem amigos e, quando a defesa ruir por terra, nós os esmagaremos com punho firme*" (10).

E de fato isso aconteceu na década de 1950, quando a U. R. S. S. completou seu domínio sobre nações européias.

A ruína da economia do mundo livre tornou-se, então, o alvo estratégico dos comunistas.

Molotov delineou claramente o plano de ação, quando, em 1946, declarava:

“Ainda não estamos lutando contra a América do Norte mas, uma vez que a tenhamos despojado de seus mercados, a crise sobrevirá e causará confusão. Depois de lhe termos tomado seus mercados na Europa, de a termos expulsado da Ásia e de outros lugares, ela não terá mercado algum para descarregar sua mercadoria. Será obrigada a reduzir sua produção e seguir-se-á o desemprego. Estará, então, próxima nossa oportunidade de ajustar contas com os Estados Unidos” (11).

Vejamos bem: “ajustar contas com os E.U.A.”, seus aliados de ontem, aos quais a Rússia devia, em grande parte, sua vitória sobre a Alemanha e o fortalecimento de seu potencial econômico.

Lê-se à página 656 do “Manual de Economia Política”, já citado, o seguinte:

“O monopólio do comércio exterior constitui uma sólida defesa da economia nacional da URSS contra a agressão econômica dos países imperialistas. O monopólio do comércio exterior desempenhou grande papel na causa da industrialização da economia nacional da URSS, assegurando o abastecimento das empresas industriais com quantidade considerável de máquinas importadas. Com a conversão da URSS em potência industrial, a estrutura do seu comércio exterior mudou consideravelmente: a parte predominante na exportação soviética foi ocupada pelas mercadorias industriais, ao tempo em que na exportação da Rússia pré-revolucionária predominavam as matérias-primas agrícolas” (8).

Como já vimos anteriormente, as máquinas e equipamentos industriais ocupam o primeiro lugar tanto na importação como na exportação da U.R.S.S.

Sua parte na exportação (21%) é porém inferior ao valor importado (24%).

Tendo em vista o que foi aqui exibido na exposição soviética de São Cristóvão, na parte que se refere a máquinas e equipamentos industriais, (verdadeiras cópias de exemplares europeus e americanos, modelos atrasados em 10 ou 20 anos) presume-se que a U.R.S.S., esteja importando máquinas mais modernas para suas

indústrias e obras, enquanto exporta para os outros países socialistas modelos antigos.

Já dissemos, anteriormente, que a ação comunista é planejada e conhecida de longos anos, e que devemos medir as consequências de nossas atividades ao ter contacto com seus delegados.

Em 1953, Mão Tsé Tung previa os acontecimentos políticos que hoje assistimos na Ásia, na África e na América ao declarar num de seus memorandos traçando o programa do futuro:

“Conquistar ou neutralizar primeiro a Ásia, o que nos dará acesso ao Oceano Índico e ao Mediterrâneo; depois a África, o que nos levará ao Atlântico e tornará a Europa e o Oeste indefensáveis. Em seguida, liquidar totalmente a Europa, ou então visar a América do Sul. Uma vez esta dominada, a América do Norte estará à nossa mercê e a chantagem nuclear será certamente suficiente para dominá-la” (10).

Considerando-se que essas palavras de Mão Tsé Tung foram escritas há nove anos, devemos reconhecer que de certo modo suas previsões estiveram perto da realidade por nós assistida nos últimos tempos.

NOSSA EXPERIÊNCIA NO INTERCÂMBIO EM MOEDAS CONVÊNIO

Iniciamos este estudo focalizando os vários mercados onde podemos colocar nossos produtos de exportação e onde melhor podemos adquirir bens de produção e de consumo.

Vimos que o Brasil até agora tem sabido escolher os melhores mercados, pois negocia mais de 95% de seu intercâmbio em zonas de comércio livre, vendendo seus produtos em moedas de livre curso, e comprando com essas divisas de conversão internacional onde melhor lhe são oferecidos produtos de alta qualidade, aos melhores preços e em quantidades satisfatórias às suas necessidades, e, o que é muito importante, *ao seu inteiro critério na escolha*.

Fazendo seu intercâmbio com os principais países industrializados, tem o Brasil obtido mais de 80% de suas vendas em moedas fortes, e como suas compras nessas moedas são de cerca de 70%,

consegue saldos em moedas de curso internacional suficientes para cobrir seus compromissos a longo termo.

Na hipótese de ser intensificado o intercâmbio do Brasil com os países socialistas, na base de convênios, estaremos diminuindo suas possibilidades no Balanço de Pagamentos, pois o desvio de somas substanciais para contas vinculadas corresponderia a uma restrição considerável na manipulação de saldos hoje disponíveis em várias moedas, de livre curso internacional, e que seriam substituídos por saldos em moedas bloqueadas, somente utilizáveis na base de troca de mercadorias de determinado país, e somente dele.

Para se ter uma idéia da diferença de tratamento, em negociar em moeda livre com o Mercado Comum Europeu, com o Mercado Europeu de Comércio Livre, ou com os Estados Unidos e o Canadá, ao invés de se negociar com os países socialistas, em moeda convênio, diríamos que:

- a) — Na primeira hipótese, seria o mesmo que um negociante vender sua matéria-prima a uma indústria, e abrir uma conta com o produto da venda no Banco do Brasil, ou em outro grande Banco, utilizando-a na compra de manufaturas que desejasse escolher, em qualquer fabricante ou fornecedor, a seu livre arbítrio, cabendo-lhe determinar a qualidade, a quantidade e ajustar o melhor preço. Este caso seria o de negociar em moeda de curso internacional.
- b) — Na segunda hipótese o comerciante venderia sua matéria-prima a uma indústria e ficaria com crédito na mesma indústria somente utilizável na compra de produtos por ela fabricados, à escolha do seu gerente ou diretor, a preços determinados só pelo fornecedor, em qualidade restrita ao que lhe fosse oferecida, em quantidades e a prazo estipulados pelo fornecedor, não tendo ensejo de arbitrar de acordo com sua conveniência e opinião. E' o caso do intercâmbio em moeda convênio, pois o Brasil cria créditos com produtos equivalentes a moedas fortes (café, algodão, cacau, minério de ferro, cêra de carnaúba, etc.), cujos saldos somente poderão ser utilizados,

não a seu livre arbítrio, mas à vontade das autoridades do país comprador de nossos produtos.

Baseados em documentos oficiais relativos aos acordos bilaterais, damos a seguir alguns dos inconvenientes apontados na aplicação do intercâmbio em moedas convênio:

- a) — Os países socialistas têm mantido contas, praticamente devedoras em estado permanente, de cêrca de US\$ 20 milhões.
- b) — Procuram comprar café em quantidades superiores à possibilidade de consumo, e ante tais circunstâncias só nos resta concluir pela grande possibilidade de re-exportação do produto.
- c) — Evitam nos fornecer matérias-primas e produtos semi-manufaturados de fácil contrôle, outrora supridos em grandes quantidades, para nos forçar a comprar produtos manufaturados de baixa qualidade, de entrega a longo prazo, ou de preço superior aos concorrentes.
- d) — Incentivam essas operações vinculadas as importações menos necessárias, ainda que de bens de equipamento, em vista de parcialmente implicarem no alívio das restrições representadas pela limitação dos meios de pagamento internos.
- e) — A inexistência de concorrência internacional para o fornecimento retira-nos a capacidade de seleção ao tempo em que gera outro inconveniente, qual seja o de predestinar, em benefício de alguns, divisas geradas por exportações de produtos nacionais que normalmente devem ser oferecidos à concorrência pública.
- f) — Outro grande inconveniente que apresentam as operações vinculadas é que levam a uma imediata exportação da totalidade do café, enquanto que as importações se processam lentamente, por vêzes não atingindo o volume fixado e quase sempre ultrapassando os prazos previstos. Isso resulta em que a fabricação dos bens a serem importados é feita às expensas da economia brasileira, pois o café que exportamos em tais casos é ime-

diatamente comercializado, gerando recursos com os quais vão ser produzidos aqueles materiais.

- g) — Não se deve deixar de atentar, outrossim, para a redução da receita cambial que deriva, de um lado, dos maiores preços cobrados pelos artigos importados que não se sujeitam à concorrência internacional, e, de outro lado, da queda nos preços internacionais de café, que significam, especialmente, diminuição das divisas convertíveis obtidas.
- h) — Os acordos bilaterais não concorrem para a expansão de nossa exportação, pois não possuímos excedentes, a não ser de café e a exportação de café em moeda convênio oferece os inconvenientes já apontados anteriormente.
- i) — As operações de “barter” possuem grande tendência a inverter os mecanismos normais do comércio de trocas, que passam, em sua maior parte, a ser efetuadas dessa forma, e não por meio dos instrumentos que normalmente regulam as operações de câmbio entre os países.

Além desses inconvenientes apontados em documentos oficiais, ocorre-nos outro que, geralmente, tem passado despercebido a quantos estudam esses problemas de intercâmbio, e que é o seguinte:

Há uma estreita relação entre a política financeira e a taxa de câmbio.

Os meios de pagamentos influem — conforme sua maior ou menor disponibilidade, — na maior ou na menor pressão, sobre a demanda de letras de exportação, pois a taxa cambial tem sido, de certo modo, uma resultante da divisão de meios de pagamentos pelas divisas de curso internacional.

O reflexo dos meios de pagamentos no custo de vida sofre uma defasagem de 5 a 12 meses.

A taxa de câmbio tem acompanhado o custo de vida, dobrando o valor do dólar, em cruzeiros, cada três anos.

Em janeiro de 1960 o dólar era cotado a C\$ 190,00 no mercado livre de câmbio. Hoje está oficialmente em torno de Cr\$ 370,00, e no câmbio paralelo a cerca de Cr\$ 500,00.

A ampliação de negócios em moeda convênio redundará em menores disponibilidades em moedas de curso internacional, e, em consequência, a maior demanda de dólares resultará em oferta de mais cruzeiros para adquirir menor quantidade de moeda livre.

Em outras palavras, o dólar e outras moedas de curso internacional valerão ainda mais cruzeiros no mercado livre, caso se amplie o intercâmbio com os países de moeda convênio.

Os compromissos do Brasil, a longo prazo, montam a mais de 3 bilhões de dólares, de modo que o desvio de exportação para a área de moedas bloqueadas não somente contribuirá para o aviltamento da taxa de câmbio, como agravará ainda mais o já difícil problema de nosso Balanço de Pagamentos.

O ambiente inflacionário em que vivemos é, infelizmente, propício a toda sorte de agitações e não devemos facilitar a entrada de agentes políticos comunistas disfarçados em comerciantes ou industriais que aqui virão ativar as ações do partido.

“Nós podemos introduzir nossa ideologia comunista através dos pontos fracos do caráter dos homens”, dizia Chou-En-Lai, da China Comunista.

“Adiai a operação até que a desintegração moral do inimigo faça com que o golpe mortal se torne possível e fácil”, disse certa vez Lenine.

As relações econômicas são as vanguardas das penetrações políticas, como veremos mais tarde.

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

Dissemos, anteriormente, que a maioria dos países, inclusive o Brasil, tem seguido a orientação de diversificação geográfica do comércio exterior com o objetivo de obter menores flutuações, menores impactos internos diante de eventuais alterações externas e maior poder negociador no campo internacional.

Há, relativamente, uma certa coincidência nessa diversificação geográfica, entre a participação dos vários grupos econômicos, dentro do comércio mundial, e o intercâmbio do Brasil com aqueles mercados, como veremos a seguir:

INTERCÂMBIO
(Exp. + Imp.)
BRASIL MUNDO

Intercâmbio com:

Países Industriais	75,0%	63,0%
Europa Continental	40,0%	42,0%
Mercado Comum Europeu	19,0%	25,0%
Estados Unidos e Canadá	15,0%	19,0%
Zona Livre de Comércio Europeu	11,0%	15,0%
Países Socialistas	4,5%	3,6%
América Latina	15,0%	8,0%

Os países socialistas negociam somente 30% fora de sua área, de modo que da sua participação de 12% no comércio mundial, somente 3,6% é feito com os países capitalistas.

EM CONCLUSÃO

O incentivo dado por algumas autoridades brasileiras à ampliação do comércio com o Leste Europeu obedeceu a objetivos puramente políticos, contrariando pareceres técnicos de grupos de estudos especializados, emitidos nos últimos 3 anos.

Convém aqui lembrar o fato de que a política de "Comércio Exterior" da U.R.S.S. faz parte do conjunto da sua "política exterior". As missões comerciais da U.R.S.S. e de seus satélites nada mais são do que missões políticas, disfarçadas, como os fatos estão aí a provar.

Basta citar o que declarou um dos membros da Missão Comercial Soviética que nos visitou em 1960:

"O país soviético, inflexivelmente se guia, em sua política externa, pelo princípio da coexistência pacífica dos países com diversos regimens políticos e sociais: *vê as relações econômicas* entre os países como *importantíssimo* fator para o fortalecimento das relações políticas entre os mesmos".

Somente dois anos após a Missão Comercial visitar o Brasil aqui chegava a representação diplomática da U.R.S.S.

Na livre concorrência, que é o regime em que vivemos, não é possível bem concluir uma transação a não ser que haja lealdade e sinceridade nas informações básicas.

O Brasil, desde sua independência, tem mantido suas relações comerciais com os principais países do Mundo Ocidental. Ali tem encontrado os seus melhores mercados para os produtos de exportação, e de lá recebido através da importação, o que há de melhor e de mais moderno nos setores de produtos manufaturados, de máquinas, de veículos, de ferramentas e de equipamentos indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico.

Já que o Governo persiste em manter relações comerciais com os países do Leste Europeu, apesar dos mais abalizados pareceres técnicos em contrário, então que estabeleça como condição principal e indispensável as seguintes cláusulas, nos acordos bilaterais:

- a) — O Brasil importará, em primeiro lugar, produtos de sua livre escolha, após averiguar sua qualidade, quantidade disponível e preços satisfatórios.
- b) — Após receber e conferir essa importação de acordo com as amostras, e condições previamente estabelecidas, autorizará a saída dos produtos de exportação que forem previamente ajustados.

Com essa medida evitará todos aqueles inconvenientes apontados nesse estudo, embora não eliminando aquela advertência de Lenine:

“No dia em que o mundo capitalista começar a negociar conosco, iniciará o financiamento de sua própria destruição”.

COMÉRCIO DO BRASIL COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

I — OBRAS CONSULTADAS:

- 1 — “SOVIET ECONOMIC AID” — The new aid and trade policy in underdeveloped countries”, by Joseph S. Berliner — (1958) — pág 8.
- 2 — Idem, idem — pág. 77.
- 3 — Idem, idem — pág. 10.
- 4 — Idem, idem — págs. 15-16.

- 5 — Idem, idem — págs. 33 a 35.
- 6 — "DEMOGRAPHIC YEARBOOK" — 1957 — United Nations.
- 7 — "BLOCOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS" — por Oswaldo Benjamin de Azevedo, "Boletim Paulista de Geografia".
- 8 — "MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA", da Academia de Ciências da U.R.S. — Instituto de Economia.
- 9 — "POSIÇÃO DO BRASIL EM FACE DO COMÉRCIO MUNDIAL" — por Oswaldo Benjamin de Azevedo, "Boletim Paulista de Geografia".
- 10 — "A GUERRA SUBVERSIVA EM MARCHA" — de A. C. Pacheco e Silva.
- 11 — "REARMAMENTO MORAL" — "Co-existência".

II — ESTATÍSTICAS:

- a — "INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS" — International Monetary Fund — June, 1962.
- b — "ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA" — Book of the year — 1959-1962.
- c — "BANCO DO BRASIL" — Relatório de 1961.
- d — "YEARBOOK OF INTERNATIONAL TRADE STATISTICS" — 1957 — Vol. I.
- e — "STATESMAN'S YEAR BOOK" — 1961.

